

COLMADA



JUCESP PROTOCOLO
311139/06-1



JUCESP

ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ/MF n.º 34.033.779/0001-63 - NIRE 35.300.150.147

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data: 03 de abril de 2006. **Horário:** 18h00. **Local:** sede social da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Araguaia, n.º 731, pavimento superior, parte A, Barueri – SP. Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, presentes seus membros abaixo assinados, os quais deliberaram, por unanimidade, aprovar a realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie subordinada ("Debêntures"), no valor total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) ("Emissão"), para distribuição pública, a qual terá as seguintes características e condições:

- (i) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em uma única série;
- (ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de março de 2006 ("Data de Emissão");
- (iii) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário");
- (iv) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures;
- (v) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão, na Data de Emissão, será de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais);
- (vi) **Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de março de 2016 ("Data de Vencimento");
- (vii) **Forma:** as Debêntures serão da forma escritural;

K



(viii) **Espécie e Conversibilidade:** as Debêntures serão da espécie subordinada e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia;

(ix) **Remuneração:** as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Remuneração”). A Remuneração será calculada *pro rata temporis* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento;

(x) **Data de Pagamento da Remuneração:** a Remuneração será devida na Data de Vencimento;

(xi) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** o preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures. A integralização das Debêntures será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;

(xii) **Repactuação:** as Debêntures não serão objeto de repactuação;

(xiii) **Amortização:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será amortizado antecipadamente, sendo pago exclusivamente ao final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, na Data de Vencimento;

(xiv) **Amortização Extraordinária:** A Emissora reserva-se o direito de amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, a qualquer momento, mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para pagamento da amortização.

h



A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de pagamento da amortização das Debêntures.

(xv) Plano de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, e serão ofertadas a investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Oferta"). Não serão admitidas reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, sendo atendidos, preferencialmente, os investidores que se manifestarem primeiro junto às instituições financeiras participantes da Oferta. A Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures;

(xvi) Negociação: as Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário, no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada pela CETIP e (b) negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP;

(xvii) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser colocadas no mercado;

(xviii) Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, no caso de

T



Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP, junto à instituição financeira contratada pela Companhia como banco mandatário da Emissão; e

(xix) **Vencimento Antecipado:** o agente fiduciário da Emissão poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, observados os termos e condições a serem descritos na escritura de emissão das Debêntures, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) decretação de falência ou procedimento similar da Companhia; (b) extinção ou dissolução da Companhia; (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures não sanado em 5 (cinco) dias contados de aviso por escrito que for enviado à Companhia pelo agente fiduciário da Emissão; (d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na escritura de emissão das Debêntures não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso escrito que for enviado à Companhia pelo agente fiduciário da Emissão; (e) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia no valor de, no mínimo, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso escrito que for enviado à Companhia pelo agente fiduciário da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia; (f) pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial da Companhia pelo Banco Central do Brasil; (g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia decorrente de inadimplemento contratual em montante superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na escritura de emissão das Debêntures; (h) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedade por Ações, (i) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (i) alteração ou modificação do objeto social

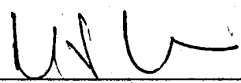
T



da Companhia de forma que a Companhia deixe de ter como atividade principal o arrendamento mercantil; e (j) caso o Banco ABN Amro Real S.A. deixe de ser o controlador direto e/ou indireto da Emissora.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Barueri, 03 de abril de 2006. aa). Fábio Coletti Barbosa, Michiel Frans Kerbert e Marcos Matioli de Souza Vieira.

CÓPIA FIEL DA ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO



Marcos Matioli de Souza Vieira

